

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Guilherme Saramago de Oliveira¹

Raquel Elane dos Reis Alves²

Wanessa Cristiane Gonçalves Fialho³

Denise Bortoletto⁴

RESUMO: Este estudo tem como objetivos fundamentais conceituar, contextualizar e caracterizar a Educação a Distância (EAD) como modalidade de ensino e o seu uso nas políticas públicas de formação de professores. Aborda também aspectos das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de implantação de cursos que se organizam nessa modalidade de ensino, constituindo-se em um dos maiores desafios metodológicos da educação na atualidade. O texto está organizado em itens: o primeiro se ocupa da introdução da temática, procurando principalmente conceituar, definir e caracterizar a Educação a Distância. O segundo centra-se em um breve histórico da EAD, apresentando sua origem e desenvolvimento em diferentes países. No terceiro item é apresentada uma breve evolução da EAD no Brasil, relatando a criação dos Centros de Ensino Supletivo, Centros de Educação Superior e de Pós-Graduação e os Programas de Capacitação Docente. Nesse tópico discutem-se ainda as disposições da Legislação em vigor concernentes à operacionalização da EAD no que tange, principalmente, à avaliação, aos níveis em que pode ser oferecida, à duração dos cursos, à concepção pedagógica e o número de vagas. No quarto item é realizada uma análise da dinâmica organizacional da EAD: suas aplicações, a equipe pedagógica, componentes do sistema, produção de material didático e comunicação. Posteriormente, o quinto item apresenta um debate sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação, chamando a atenção para o seu papel como instrumento de

¹ Pedagogo e Doutor em Educação

² Pedagoga e Mestre em Educação

³ Bióloga e Mestre em Educação

⁴ Pedagoga e Mestranda em Educação

melhoria no processo de ensino e de aprendizagem, bem como sua utilização na formação docente. Em seguida, no sexto item, é realizada uma discussão sobre a formação, inserida em uma realidade cuja produção científica tem exigido cada vez mais um professor que saiba analisar e interpretar o seu contexto e atuar sobre ele de forma significativa. Com a perspectiva de uma formação mais ampla para esse professor, o texto apresenta algumas políticas públicas desenvolvidas pelo governo brasileiro em prol de uma educação de qualidade. Para finalizar, são feitas algumas considerações sobre o conteúdo desenvolvido pelo estudo realizado e sua importância para a área educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância, Tecnologias da Informação e Comunicação, Formação de Professores.

ABSTRACT: This study aims to conceptualize, contextualize and characterize Distance Learning (DL) as a teaching modality and this use in teacher professional development public police. This research investigates also some aspects of information and communication technologies used as an implantation tool in teacher formation courses. The text is organized in seven sections. The first section introduces DL, defining and characterizing. The second section brings a brief DL history, showing origin and developing process in different countries. The third section presents a brief report on evolution of DL in Brazil, the creation of Adult Education Centers, Colleges, Post Graduation Institutions and Teacher Training Programs, also discusses legislation provisions concerning to DL implementing. The fourth section analyzes DL organization: its applications, pedagogical staff and pedagogical material production and communication. The fifth section presents an argument to the use of Communication and Information Technologies on Education, showing their role as instrument for teaching and learning process improvement and their use in teacher formation. The sixth section discusses the teacher formation process insert in a specific reality and presents some public polices for teacher formation developed by Brazilian government. Finally this article presents comments about the study and its importance to Education.

KEYWORDS: Distance Learning, Communication and Information Technologies, Teacher Formation.

Introdução

A Educação a Distância é considerada atualmente uma modalidade de ensino capaz de desenvolver projetos pedagógicos de qualidade com maior abrangência e agilidade, principalmente pela mediação das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Nessa modalidade de ensino é preciso considerar suas peculiaridades no desenvolvimento das ações educativas e sua importância como instrumento de democratização do acesso ao conhecimento, à natureza do processo de ensinar e de aprender; os ambientes e os recursos colaborativos de aprendizagem; o planejamento e a gestão de um curso a distância (produção de materiais didáticos, recursos multimídia, tutoria e avaliação), entre outros pontos.

Conforme afirma Litwin (2001, p.13), a Educação a Distância é uma modalidade de ensino com características próprias, uma maneira particular de criar um espaço para produzir, promover e implementar propostas pedagógicas em que os alunos tenham uma aprendizagem significativa.

Isso significa, de modo essencial, substituir a proposta de assistência regular à aula por uma nova proposta, na qual os docentes ensinam e os alunos aprendem mediante situações não-convencionais, ou seja, em espaços e tempos que não compartilham.

Segundo Landim (1997), a Educação a Distância, enquanto modalidade de ensino, não deve ser compreendida como inferior ou superior às outras modalidades, mas sim de igual importância para oportunizar a democratização do acesso ao conhecimento. A Educação a Distância é necessária neste momento histórico, não só pelo fato de ser um dos meios para substituir a educação presencial em inúmeras situações em que ela não possa acontecer, mas também pela efetiva contribuição para a realização da educação para todos, principalmente pelo intermédio das chamadas tecnologias da comunicação.

Garcia (1994, p.30) expressa que

O ensino a distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e

conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

A Educação a Distância pode ser definida, então, como uma modalidade de ensino que visa possibilitar o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, diante das informações cognitivas e mensagens formativas através de vias que não necessitem de uma relação presencial para a sua ocorrência, ou seja, formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendizes e os responsáveis pela organização de sua aprendizagem.

Assim a Educação a Distância apresenta uma característica fundamental, atingir um número significativo de pessoas que ocupam espaços geográficos distintos, interessando-nos nesse momento discutir como se constituiu e evoluiu essa modalidade e as suas contribuições na formação de professores. O tema está relacionado às atuais exigências sociais de oportunidades educacionais para todos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9394/96), que sinaliza, entre outros, dois aspectos importantes para o Sistema Educacional Brasileiro: a definição de padrões de formação docente para o magistério da Educação Básica e a necessidade de pensar a educação para além do espaço escolar, colocando a Educação a Distância como um meio para viabilizar o processo de formação superior dos professores em situação emergencial.

Breve Histórico da Educação a Distância

A origem da Educação a Distância está nas experiências de educação por correspondência ocorridas no final do século XVIII e com enorme crescimento a partir das primeiras décadas do século XIX. Segundo Litwin (2001), no século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, em instituições particulares, eram oferecidos cursos à distância, através do uso de correspondência. Nesses cursos eram oferecidos temas e problemas vinculados a ofícios de escasso valor acadêmico.

Os estudos desenvolvidos por Beloni (2001) e Litwin (2001) indicam que o grande impulso da EAD ocorreu no Século XX, por volta da década de 70, com a criação das primeiras grandes Universidades a Distância em países da Europa, da Ásia e nos Estados Unidos.

Desde então, percebe-se o uso progressivo das novas tecnologias de

informação e que a comunicação passou a fazer parte, de forma mais intensiva, da trajetória da EAD, visto que a informática traz consigo, entre outras, a possibilidade de interação em tempo real e de cooperação entre os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, consideradas características fundamentais da EAD.

Em 1969, com a criação da British Open University, começam a surgir instituições de nível universitário e não universitário, assim como associações e redes de educação à distância em vários continentes.

Atualmente, cerca de cem países nos diferentes continentes utilizam a Educação a Distância em todos os níveis e graus de ensino, tanto pela iniciativa privada como pela pública. Essa modalidade tem ganhado, também, espaços no desenvolvimento de programas formais e não-formais para a qualificação, aperfeiçoamento e atualização de professores em serviço. No momento, é cada vez maior o número de instituições e empresas que, por intermédio da modalidade da educação à distância, desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos. As Universidades Europeias a Distância têm incorporado em seu desenvolvimento histórico as novas tecnologias de informática e de telecomunicação. Um exemplo foi o desenvolvimento da Universidade a Distância de Hagen, que iniciou seu programa com material escrito em 1975; hoje, oferece material didático em áudio e videocassetes, videotexto interativo e videoconferências.

Evolução e Normatização da Educação a Distância no Brasil

Desde a fundação do Instituto Rádio-Monitor, em 1939, e depois do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, várias experiências em Educação a Distância foram iniciadas e levadas a termo com relativo sucesso.

A institucionalização da EAD ocorreu na década de 70 do século XX, com a criação dos Centros de Ensino Supletivo (CES). Os anos 80, desse mesmo século, foram marcados principalmente pelos programas de ensino a distância da Universidade de Brasília e pelo lançamento da Rede Brasileira de Educação Superior a Distância. Já na década de 90 é criada a Secretaria Nacional de Educação a Distância; implementado o projeto TV Escola; implantado a partir de 1996, na Universidade Federal de Santa Catarina, um programa de pós-graduação em Engenharia de Produção (mestrado e doutorado), envolvendo uma rede estadual de oito universidades oficiais e privadas, além de empresas de porte tecnológico signifi-

vo. O marco principal dessa década foi a formulação de uma política nacional de EAD, a partir principalmente das disposições legais expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96).

O aumento das demandas educacionais do país e a necessidade de democratização do acesso ao ensino fizeram com que essa Lei incluísse em seu texto alguns artigos que estabelecem diretrizes para a Educação à Distância. Seu artigo 80, complementado posteriormente pelos Decretos n.º 2494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. DE 11/02/98), n.º 2561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U. de 28/04/98), pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U. de 09/04/98) e mais recentemente pelo Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005 (publicada no D.O.U. de 19/12/05), estabelece que o

Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Estabelece ainda que, a Educação a Distância deve ser organizada com abertura e regime especiais, sendo oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

O Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96, revogou os outros anteriormente editados que tratavam da mesma matéria. Tal decreto normatiza a Educação a Distância (EAD) no Brasil nos aspectos que concernem à operacionalização dessa modalidade educacional em diferentes níveis de ensino.

O artigo 1º desse decreto caracteriza

a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

É também definido, nesse mesmo artigo, o que é obrigatório: devem ser previstos momentos presenciais para avaliações, estágios, defesas de trabalhos e, eventualmente, atividade em laboratório. O resultado dos exames presenciais deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação a distância (exercícios dos conteúdos estudados, trabalhos orienta-

dos, participação em eventos diversificados, etc.), conforme esclarece o artigo 4º.

Os cursos estruturados sob a forma de EAD, de acordo com artigo 3º, devem ser organizados com o mesmo período de duração do curso equivalente na modalidade presencial. Essa obrigatoriedade impede qualquer outra forma de organização temporal no desenvolvimento de cursos à distância, impedindo que diferentes alunos, em diferentes realidades de vida, com diferentes ritmos de estudo, tenham a oportunidade de fazer seus cursos em seu próprio tempo.

Pelo exposto anteriormente, no que tange ao processo de avaliação e a duração do curso, o Decreto 5622 de certa forma compromete a flexibilidade, uma das principais vantagens da EAD. O sucesso de muitos dos cursos livres (não regulamentados) que utilizam a Educação a Distância se dá principalmente pela flexibilidade de tempo para sua execução, permitindo a cada aprendiz a prerrogativa de administrar seu próprio tempo, realizando o curso dentro de sua disponibilidade. Isso não ocorrerá nos cursos regulamentados pelo Decreto 5622, visto ele exigir que os alunos respeitem prazos preestabelecidos para o cumprimento de suas atividades.

O parágrafo 2º do artigo 3º prevê que

os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais [...].

O artigo 2º estabelece que a educação distância pode ser oferecida nos seguintes níveis e modalidades educacionais: educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, educação superior.

Esse mesmo Decreto estabelece, ainda, o processo de credenciamento de todos os níveis da educação, inclusive de mestrado e doutorado. O inciso IV do artigo 12 deixa claro que a Instituição de Ensino Superior só obterá credenciamento para EAD caso apresente um Plano de Desenvolvimento Institucional que contemple essa modalidade de educação.

O inciso II do artigo 13 determina que o projeto pedagógico da instituição tem que prever o atendimento a alunos com necessidades educativas

especiais e explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação, dentre outros, do sistema de avaliação do estudante e do número de vagas proposto. Por outro lado, apesar de esse artigo determinar que o projeto de EAD deva propor um número de vagas a ser oferecido, o artigo 21 deixa claro que é do MEC a decisão final sobre o número de vagas a serem autorizadas.

A Dinâmica Organizacional da Educação a Distância

As aplicações da Educação a Distância na atualidade são diversas, dentre as quais destacam-se a chamada capacitação formativa e a educação continuada.

A capacitação formativa com a finalidade de incrementar conhecimentos e habilidades, de forma autoinstrutiva, geralmente é destinada a pessoas que já exercem atividades profissionais, que pretendem desenvolver novas funções ou se preparam para o ingresso no mercado de trabalho.

A educação continuada tem como finalidade precípua o aperfeiçoamento e atualização daquelas pessoas que possuem formação inicial superior para o exercício de determinada profissão ou ocupação, permitindo o acompanhamento do avanço da ciência e da tecnologia, assim como das demandas sociais emergentes. A educação continuada também tem a função de educação permanente, oferecendo conhecimentos a qualquer cidadão que pretenda adquirir novas informações, enriquecer seus conhecimentos.

Uma instituição que desenvolve ou pretende desenvolver atividades de Educação a Distância deve possuir infraestrutura básica e organização pedagógica que garantam a eficiência e a eficácia de sua atuação na área, dispondo, de acordo com Garcia (1994), de um setor de produção de materiais, constituída por profissionais especialistas em conteúdos e em programação e elaboração didático-metodológica de materiais instrucionais. É preciso também que a instituição tenha um setor específico de distribuição dos materiais, com a função de fazer chegar, de forma pontual, aos alunos geograficamente dispersos, os materiais didáticos e de apoio necessários ao desenvolvimento dos estudos. Não se pode esquecer dos processos de comunicação que são essenciais na Educação a Distância, tendo como objetivo coordenar e garantir o funcionamento dos mais diversos meios de comunicação bidirecional. É primordial a existência, na instituição tanto de

uma coordenação do processo de orientação da aprendizagem, necessária em função da diversidade de agentes que intervêm e se relacionam no processo de formação, tais como os produtores de materiais, os responsáveis pelo processo de ensino e de aprendizagem, os tutores, os avaliadores, quanto de um sistema de avaliação à distância e/ou presencial, em que são requeridas estratégias diversas das adotadas sistematicamente na educação presencial.

Quanto aos componentes do sistema de Educação a Distância, segundo Garcia (1994), há quatro elementos básicos, que se integram e interagem no sistema de EAD, e cujas características e/ou funções são substancialmente diferentes daquelas dos seus análogos nos sistemas convencionais: o aluno, o docente, a comunicação entre ambos e a estrutura organizacional.

O aluno é considerado o elemento central de todo o processo educativo, o destinatário do mesmo e em função de quem se estrutura e se organiza todo o curso de formação instituído. Os recursos tecnológicos empregados e as estratégias para motivar os aprendizes e desenvolver a prática pedagógica na modalidade de EAD são diferentes do utilizado no ensino convencional. Na EAD, o aluno tem que manter uma série de relações específicas muito bem delimitadas e previamente definidas, conforme Landim (1997) e Beloni (2001), com os materiais de aprendizagem (lendo, vendo, ouvindo, manipulando, selecionando, interpretando, assimilando, sintetizando...); com os docentes (professores principais, tutores, preceptores, conselheiros, animadores e os próprios colegas de curso) e com a instituição que oferece o curso (órgão central e centros de apoio) a fim de obter serviços administrativos e pedagógicos em busca da resolução de problemas que vão surgindo ao longo do curso e que estão vinculados ao processo de ensino e aprendizagem.

Landim (1997) afirma que a eficácia das instituições educativas vai depender da formação dos docentes, da sua capacidade profissional e das suas atitudes. Como a EAD é pensada e conduzida por profissionais que exercem suas funções afastando-se do aluno no espaço e, às vezes, no tempo, os responsáveis pelo planejamento e execução das ações pedagógicas devem fazê-lo de forma a oferecer aos alunos todas as condições para que a formação pretendida possa de fato ocorrer.

Em relação aos docentes, Beloni (2001, p. 80) afirma que

[...] as funções docentes vão separar-se e fazer parte de um processo de planejamento e execução dividido no tempo e no espaço: as funções de selecionar, organizar e transmitir o conhecimento, exercidas nas aulas magistrais no ensino presencial, correspondem em EAD à preparação e autoria de unidades curriculares (cursos) e de textos que constituem a base dos materiais pedagógicos realizados em diferentes suportes (livro-texto ou manual, programas em áudio, vídeo ou informática); a função de orientação e conselho do processo de aprendizagem passa a ser exercido não mais em contatos pessoais e coletivos de sala de aula ou atendimento individual, mas em atividades de tutoria a distância, em geral individualizada, mediatizada através de diversos meios acessíveis.

Segundo Garcia (1994), os docentes que atuam na EAD podem ser classificados em especialistas nos conteúdos da disciplina ou do curso em questão e também como especialistas na produção de materiais didáticos (tecnólogos em educação responsáveis pelos desenhos e estruturas dos conteúdos, editores, programadores gráficos, especialistas em comunicação e meios técnicos, tais como produção e transmissão de materiais audiovisuais e informáticos).

Os docentes podem ser classificados, ainda, como os responsáveis por orientar a aprendizagem concreta dos aprendizes, planejando e coordenando as diversas ações docentes (a distância e presenciais) que integram os distintos materiais, o nível de exigência e as atividades de aprendizagem necessárias para atingir o resultado previsto. Os docentes podem atuar também como tutores (assessores, conselheiros, animadores) que incentivam e motivam a aprendizagem, que aclaram e buscam soluções para as dúvidas e as dificuldades de entendimento surgidas no decorrer dos estudos realizados pelos alunos e que avaliam as aprendizagens obtidas.

Em se tratando do processo de comunicação, fundamental em um ensino a distância, esse deve ser bidirecional. Os avanços tecnológicos colocam à disposição dos envolvidos (professores e alunos) diversos meios que permitem diferir em espaço e/ou tempo a emissão e a recepção das mensagens pedagógicas, com o objetivo de compensar os obstáculos de tempo e espaço. A comunicação deve ser feita através de canais ou meios em que se apoiará o sistema.

Para Belloni (2001, p. 54),

A educação é e sempre foi um processo complexo que utiliza a mediação de algum tipo de meio de comunicação como complemento ou apoio à ação do professor em sua interação pessoal e direta com estudantes. A sala de aula pode ser considerada uma “tecnologia” da mesma forma que o quadro negro, o giz, o livro e outros materiais são ferramentas (“tecnologias”) pedagógicas que realizam a mediação entre o conhecimento e o aprendiz. Na EAD, a interação com o professor é indireta e tem de ser mediatizada por uma combinação dos mais adequados suportes técnicos de comunicação, o que torna esta modalidade de educação bem mais dependente da *mediatização* que a educação convencional, de onde decorre a grande importância dos meios tecnológicos.

Como meios para favorecer a aprendizagem dos alunos, conforme o expresso por Garcia (1994), os sistemas de EAD, em sua estrutura organizacional, utilizam material impresso enviado pelo correio (unidades didáticas, módulos de aprendizagem aberta, guias de curso, guias de orientação didática, cadernos ou módulos de avaliação, adendos de ampliação ou complemento, circulares e outros) ou por telefax, suporte que se está manifestando como veículo ideal para remessas (envios) pontuais e de reduzida extensão. Utilizam também material audiovisual (telefone, cassete, vídeos, rádio, televisão, slides etc.), material informático (softwares específicos, CD-ROM, videodisco interativo, hipermídia etc.), material telemático (videotexto, correio eletrônico etc.) e a tutoria como elemento de relação mista (presencial, individual ou grupal e a distância).

As Tecnologias da Informação e Comunicação

A sociedade contemporânea vivencia um dos períodos mais extraordinários da história do ser humano, indelevelmente marcado por uma evolução científica e tecnológica das mais significativas. A tecnologia influencia os diversos campos da atividade humana, provocando alterações sociais e culturais.

O avanço tecnológico traz a perspectiva das mudanças, interferindo também nas relações com as pessoas, dessas com o conhecimento, com a produção de saberes e com a aplicação crítica dessa produção. Essas transformações passaram a influenciar a maneira de viver do homem, pois exercem influência nos conceitos de espaço geográfico e de tempo (intro-

duzem o conceito de tempo virtual) nas relações entre os homens, desperdando a necessidade do próximo e do imediato, gerando novas formas de viver, mais rapidez nas comunicações, provocando interatividade, rompendo barreiras de espaço, permitindo que simultaneamente, mesmo à distância, as comunicações se deem em tempo real.

As tecnologias da informação e comunicação, de acordo com Belloni (2001), constituem os chamados mecanismos e instrumentos utilizados para viabilizar a interação, que significa a comunicação entre dois ou mais sujeitos, e o acesso a diversas informações nas suas diferentes formas, tais como CD-ROM, hipertextos, arquivos eletrônicos, bancos de dados. Elas constituem um tipo de linguagem e um instrumento de trabalho importante na sociedade contemporânea, motivo pelo qual desempenham funções cada vez mais respeitáveis no setor educacional.

As tecnologias, na verdade, são meios privilegiados de acesso à informação, instrumentos que muitas vezes facilitam pensar, criar, comunicar e intervir sobre vários acontecimentos da vida social. São, também, de grande utilidade para o desenvolvimento de trabalhos coletivos e colaborativos e provocam inúmeras alterações nos mais diversos espaços: sociais, culturais, familiares, profissionais e educativos.

Com a instituição, de forma crescente, do uso da informática, da EAD (Educação a Distância), da internet, dentre outros, as diferentes tecnologias se apresentam como desafios aos profissionais que atuam na escola, principalmente para os professores que serão cada vez menos requisitados para atuarem como meros repassadores de informações. Os recursos tecnológicos disponibilizam hoje muito mais informações e de uma forma mais rápida, atrativa e estimulante.

Nesse contexto, configura-se a necessidade de mudança do papel do mestre, de transmissor para o de “tutor” de seus alunos, responsável pela orientação de como o aprendiz deve não só buscar as informações, selecioná-las, interpretá-las, realizar reflexões sobre os resultados obtidos, mas principalmente, saber utilizá-las de maneira adequada, construindo um conhecimento, de tal maneira que ele se torne cada vez mais agente de sua própria formação.

As tecnologias da informação e comunicação podem ser empregadas como ferramentas de ensino e de aprendizagem, desde que bem utilizadas no ambiente educacional, pois esse é um processo muito complexo e não depende só de equipamentos de última geração.

Esses instrumentos auxilia, sim, quando favorecem o despertar de outras faces da aprendizagem, que envolve, além da memória, o lado sensorial, que representa uma parte importante da aprendizagem do conhecimento, mas também não significa o todo do conhecimento.

As tecnologias podem ser inseridas na educação de modo que auxiliem no processo educativo, inclusive em programas de formação docente. Um exemplo disso é a utilização da TV, do vídeo e do DVD. Esses recursos tecnológicos podem ser explorados visando a um melhor aprendizado, pois, pela imagem da TV, aprendemos sentindo, vendo, interagindo de formas diversas, através do surpreendente, o que nos leva a novas sensações. O vídeo ou o DVD podem ser utilizados para introdução de diferentes assuntos, explorar exemplos, propor experiências novas, como conteúdos de ensino, como produção para integrar avaliações, dentre outros.

O computador e a internet também podem ser utilizados para a realização de pesquisas, para a comunicação entre aluno e aluno, aluno e professor, para descobrir novos lugares, para desenvolver novas experiências. Além disso, a internet pode ser útil para o estabelecimento da comunicação em cursos presenciais ou a distância.

Como assevera Moran (2001, p. 59),

Caminhamos rapidamente para processos de ensino-aprendizagem totalmente audiovisuais e interativos. Nós veremos, ouviremos, escreveremos simultaneamente, com facilidade, a um custo baixo, às vezes em grupos grandes, outras vezes em grupos pequenos ou de dois em dois.

Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação podem contribuir para a formação dos professores, dando suporte, por exemplo, através de programas criados pelo Ministério da Educação destinados aos docentes, como a TV escola, PAPED (Programa de apoio à Pesquisa em Educação a Distância), rádio escola e o PROINFO (Programa Nacional de Informática na Educação).

A TV Escola é um programa da Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, destinado aos professores da rede básica de ensino público. Esse programa tem como objetivos o aperfeiçoamento e capacitação dos docentes, além da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas. Os suportes tecnológicos desse programa são: TV, vídeo, antena parabólica e fitas de vídeo.

O PROINFO foi criado para promoção do uso pedagógico da informática na educação. O seu objetivo principal é a introdução das modernas tecnologias nas práticas educativas.

A Rádio Escola está voltada para o aprimoramento das práticas pedagógicas nas escolas e treinamento de profissionais, auxiliando na “educação para, sobre e na mídia”.

O PAPED é um programa desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância em parceria com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que visa apoiar projetos para o desenvolvimento da educação presencial e/ou a distância. Esse programa apoia pesquisa e o desenvolvimento de novos conhecimentos para a melhoria da qualidade da educação pública pela inserção das tecnologias da informação e comunicação.

Políticas de Governo e os Programas Oficiais de Formação de Professores

A intensa produção científica e as atuais tecnologias de comunicação têm contribuído para mudanças significativas na sociedade. Criam novos estilos de vida, de consumo, de linguagem, estimulam diferentes formas de construir o conhecimento e novas maneiras de ensinar e aprender.

É nesse cenário dinâmico e transitório que nos deparamos com a necessidade de conceber uma educação que se volte para as novas demandas desse contexto, e coloca-se para a Escola atual o desafio de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e científico de seu tempo.

Enquanto espaço de formação, a escola deixa de ser um instrumento transmissor de regras e conhecimentos acabados, para se constituir em local de ampliação e construção permanente de conhecimentos e atitudes críticas, tomando também, como ponto de partida, os saberes e experiências que os alunos trazem de outros processos educativos (nas famílias, nas ordens religiosas, na mídia, na informática etc).

Nessa mudança de postura da escola, influenciada não só pelos avanços tecnológicos, mas também por problemas estruturais, como alto índice de repetência, evasão escolar e analfabetismo, crescem as pressões por maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem. O profissional da educação, em especial o professor, passa a perceber a necessidade de aprender a aprender e buscar conhecimentos que lhe permitirão atuar de forma significativa, enfrentando o dinamismo de seu cotidiano com segu-

rança e criatividade. Nesse momento coloca-se, o elemento central da discussão: a formação docente.

Com expectativa de superar a formação do professor baseada na racionalidade técnica⁵, propõe-se a formação docente centrada na pessoa do professor, valorizando sua prática, sua experiência, seu fazer e considerando seu cotidiano escolar como momento de permanente crescimento profissional. Defende-se uma formação que possa valorizar o conhecimento do professor somado a um arcabouço teórico e à pesquisa, de modo que ele possa encontrar elementos para ressignificar seu trabalho, exercitando a reflexão antes, durante e depois de sua ação pedagógica, estabelecendo um movimento de interação entre teoria e prática, auxiliando-o a compreender as peculiaridades do processo educativo.

Ao valorizar o cotidiano escolar do professor como espaço formador, coloca-se a formação continuada e em serviço como possibilidade para a qualificação profissional. De acordo com Miranda (2003, p. 124), a formação de professores em exercício pode promover

[...] o desenvolvimento de profissionais reflexivos, a articulação teoria/prática, a socialização de experiências bem sucedidas, a construção do projeto político pedagógico da escola, o desenvolvimento psicossocial do professor e de seu potencial criativo e expressivo, o surgimento de lideranças, o fortalecimento da consciência do educador e dos vínculos afetivos e sociais do grupo, a construção de um referencial teórico que fundamente a prática.

A fim de que a escola possa atender aos atuais desafios colocados por uma sociedade em constantes mudanças, exige-se essa formação mais ampla para o professor. Respondendo a essa necessidade, algumas políticas públicas têm sido desenvolvidas em prol de uma educação com o mínimo de qualidade em todos os níveis de ensino.

Uma ação importante que chamou a atenção da sociedade foi a pro-

⁵ De acordo com CONTRERAS (2002, p. 90), a idéia básica do modelo de racionalidade técnica é que a prática profissional consiste na solução instrumental de problemas mediante a aplicação de um conhecimento teórico e técnico, previamente disponível, que procede da pesquisa científica. É instrumental por que supõe a aplicação de técnicas e procedimentos que se justificam por sua capacidade para conseguir os efeitos ou resultados desejados.

mulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9394/96), definindo os padrões de formação docente para atuar na Educação Básica. De acordo com o artigo 62 da referida Lei,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O fato de existirem regiões em que o professorado tem dificuldades de acesso ao ensino universitário ainda permite o magistério de nível médio, porém isso não tirou a necessidade de criar ações no sentido de se efetivar a formação em nível superior. Logo, na própria Lei 9394/96, foi instituída a Década da Educação. Durante esse período deveria ser desenvolvido um conjunto de medidas no sentido de superar os baixos índices de produtividade do sistema educacional, entre eles a repetência e evasão. Aqui é importante ressaltar duas metas contidas nessa Lei, mais especificamente no artigo 87: uma no parágrafo terceiro, afirmando que *Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância*; a outra, complementando a questão da qualificação docente, está no parágrafo quarto, estabelecendo que *até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço*.

A exigência de nível superior para atuação na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental deu início a um movimento crescente de cursos de formação para professores. De um lado, as instituições particulares de ensino com os cursos de Normal Superior, por outro, o Ministério da Educação e Cultura – MEC, em parceria com os Estados e Municípios, tem desenvolvido projetos com o objetivo de elevar o nível de formação dos docentes, colocando em prática programas de capacitação de professores em exercício, utilizando para isso os recursos da Educação a Distância.

Programas como o PROFORMAÇÃO, PROCAP E PROJETO VEREDAS – FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSOR foram desenvolvidos e destinados aos docentes que, sem formação específica, encontravam-se lecionando nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública. Se-

gundo o governo, os benefícios da formação em serviço seriam somados às vantagens da Educação a Distância, atingindo uma população numerosa e dispersa geograficamente.

O PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício, é um curso com duração de dois anos, a distância, de nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, realizado pelo MEC junto aos estados e municípios com o intuito de capacitar professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos – EJA. Para isso, utiliza atividades a distância, orientadas por material impresso e videográficos, com encontros quinzenais aos sábados, atividades individuais (exercícios de Verificação de Aprendizagem sobre os conteúdos estudados, Memorial, projeto de trabalho, pesquisa e ou ação pedagógica sobre um aspecto de sua realidade), coletivas (tirar dúvidas, apresentar e discutir os vídeos, realizar Feira de Cultura e Ciências, promover orientação e acompanhar o desenvolvimento do cursista) e prática pedagógica nas escolas onde os cursistas atuam, contando sempre com um serviço de apoio à aprendizagem realizado pela equipe de professores formadores das Agências Formadoras e pelos tutores, além do serviço de atendimento gratuito – 0800.

Esse programa tinha como objetivo elevar o nível de conhecimento e da competência profissional dos docentes em exercício, contribuir para melhoria do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos nas redes estaduais e municipais do Brasil, além de valorizar o Magistério pelo resgate da profissionalização da função docente e melhorar a qualidade do ensino. Sua primeira turma foi implantada em 1999, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e posteriormente sua oferta se ampliou gradativamente para as demais regiões do país.

O PROCAP – Programa de Capacitação de Professores teve como meta contribuir para a formação continuada de professores das redes estadual e municipal de Minas Gerais. Sua implantação foi dividida em duas fases: a primeira se deu nos anos de 1997 e 1998, envolvendo áreas de Reflexão sobre a Prática Pedagógica, Matemática e Língua Portuguesa; a segunda fase, sob o nome PROCAP – Fase Escola Sagarana, foi implantada em 2001, desenvolvendo as áreas de fundamentos da Prática Pedagógica, Geografia, História e Ciências.

Foi caracterizado como um modelo de capacitação em cascata, em que Especialistas da Instituição Especializada treinavam os Monitores das

Instituições Polo e os Agentes Estaduais de Capacitação, que treinavam os Facilitadores (professores, especialistas das escolas), que treinavam os professores treinados (outros professores das escolas). Para o desenvolvimento do Programa, a Universidade Federal de Uberlândia, após vencer a concorrência com outras instituições, foi contratada pela Secretaria Estadual de Educação como Instituição Especializada, sendo responsável pela produção de materiais impressos, coordenação pedagógica da produção dos materiais videográficos, treinamento dos Monitores e Agentes Estaduais de capacitação, coordenação do planejamento e operação do sistema de tutoria. A fim de permitir essa modalidade de ensino, colocou à disposição dos cursistas diferentes meios de comunicação tais como: centrais de atendimento – 0800, fax, mala direta, jornal eletrônico e o jornal do PROCAP com artigos, entrevistas e informações sobre o programa.

Seus objetivos foram: contribuir para as políticas de redução da repetência e de melhoria da aprendizagem no Ensino Fundamental do Estado, mediante a intervenção na prática da sala de aula das séries iniciais do Ensino Fundamental; dar início a um processo de mudança de expectativas dos professores, orientando-os para a reversão da “cultura da repetência”; desencadear um processo de formação contínua, inserido no Plano de Desenvolvimento da Escola e oferecer capacitação complementar permanente para manter o nível de competência do docente, a longo prazo, além de avaliar a eficácia da estratégia a ser utilizada para desenvolver um programa de educação dessa natureza. (MINAS GERAIS, 1996, p. 13)

O PROJETO VEREDAS – FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSORES foi implantado no governo de Itamar Franco, no ano de 2001 e com início das atividades em 2002, com duração de três anos e meio, sendo financiado pela SEE/MG com recursos provenientes do salário educação⁶. Baseado nos princípios da Escola Sagarana⁷, teve como alvo os docentes das Redes Públicas de Minas Gerais em exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém sem formação em nível superior.

⁶ A Lei Estadual nº 13.458, de 12 de janeiro de 2000, disciplina a distribuição da Receita da Quota Estadual do Salário Educação entre o Estado e seus Municípios

⁷ Os propósitos da Escola Sagarana, orientam para a estruturação de programas e projetos em parceria com a Secretaria da Educação e outros órgãos do Governo, no sentido de oferecer uma educação capaz de formar cidadãos ativos e construir uma sociedade mais justa e democrática.

Esse projeto foi concebido “voltando-se para uma das prioridades do governo Estadual, que é garantir escola pública de boa qualidade para todos como forma de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.” (Minas Gerais, 2002), foi desenvolvido em parceria com Instituições de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, chamadas de Agência de Formação (AFOR), entre elas a Universidade Federal de Uberlândia. Desejando facilitar o acesso dos professores cursistas a essas AFORs na fase presencial, o Estado foi dividido em 21 polos, e alguns deles em subpolos, de modo que cada AFOR se responsabilizasse por um número de aproximadamente 600 matrículas.

O VEREDAS foi composto por cinco sistemas integrados, com o objetivo de possibilitar o cumprimento do Curso. Para isso foram elaborados o Sistema Instrucional, o Sistema Operacional, o Sistema de Tutoria, o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho e o Sistema de Comunicação e Informação de Atendimento nas AFOR (com atendimento via telefone, fax ou correio, e o Sítio na Web prestando apoio aos professores cursistas e às Agências Formadoras, através de diferentes campos). Coube ainda à SEE/MG produzir os materiais instrucionais do curso, reproduzi-los e distribuí-los às AFORs.

Contou em sua matriz curricular com Atividades Presenciais realizadas no início de cada módulo e abrangendo cinco dias da mesma semana, Atividades Coletivas com reuniões mensais, Atividades Individuais a Distância e Atividades Pedagógicas Orientadas.

Segundo o Projeto Pedagógico do Veredas (2002, p. 11), ele possui os seguintes objetivos: *habilitar, em curso de graduação plena, os professores das Redes Públicas de Educação de Minas Gerais, de acordo com a legislação vigente, elevar o nível de competência profissional dos docentes em exercício, contribuir para a melhoria do desempenho escolar dos alunos das redes públicas de Minas Gerais, nos anos iniciais da educação fundamental e valorizar a profissionalização docente.*

A implantação de cursos de formação de professores em serviço nos chama a atenção para a necessidade de se legitimar as experiências profissionais e a prática desses docentes como espaço de produção de novos conhecimentos. Complementamos, ainda, que a interação entre a teoria oferecida nos programas de formação e a prática cotidiana se apresenta como um dos caminhos para alcançar a construção de competências docentes e pedagógicas importantes para o nosso momento histórico.

Considerações finais

Quando pensamos em educação escolar, geralmente a imagem que nos vem à cabeça é de uma sala de aula, com os alunos sentados em suas carteiras enfileiradas e o professor frente ao quadro negro escrevendo e ditando os saberes por ele considerados essenciais. No entanto, com as novas tecnologias, esse modelo vai sendo gradativamente alterado, principalmente em relação ao espaço e tempo em que ocorre o ensino e a aprendizagem.

O desenvolvimento nos últimos anos da Educação a Distância, com o uso crescente das tecnologias em sua implementação, tem servido para desenvolver projetos educacionais dos mais diversos e para as mais complexas situações, como: cursos para ensino de ofícios, capacitação para o trabalho, divulgação científica, campanhas de alfabetização e, principalmente, programas significativos para a formação de professores, tanto inicial como continuada. Com isso, as chamadas tecnologias da informação e do conhecimento têm ganhado cada vez mais espaço na elaboração de cursos e programas de qualificação docente.

Na perspectiva de uma transição paradigmática em que o modelo emergente busca formar um professor reflexivo e pesquisador, com base na sua experiência pedagógica, a Educação a Distância poderá contribuir na medida em que esse professor passa a desenvolver habilidades próprias dessa modalidade de ensino, como: aprender a pesquisar, analisar as informações obtidas e (re)construir o conhecimento, possibilitando a formação de um pensamento autônomo, porém numa via coletiva e participativa.

É importante enfatizar que o uso das tecnologias da informação e do conhecimento no ambiente escolar não pode mais ser ignorado, uma vez que elas estão presentes na maioria das atividades cotidianas, e, portanto, os alunos chegam à escola trazendo essa bagagem de informações “tecnologizadas”, exigindo do professor uma formação que contemple, além das disciplinas pedagógicas, o uso das tecnologias, a fim de instrumentalizá-los no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. *Educação à distância*. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BIANCHETTI, Lucídio. *Da chave de fenda ao laptop. Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC/SEF, 1996.

CONTRERAS, José. *Autonomia de Professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Disponível em <http://www.mec.gov.br/seed/default.shtm>. Acesso em: 18 jul. 2006.

GARCIA, Aretio Lorenzo. *Educaión a distancia hoy*. UNED, Madrid, España, 1994.

KENWAY, J. Educando cibercidadãos que sejam “ligados” e críticos. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 99-120.

KRAMER, Érika A. W. Coester (et al). *Educação a Distância: da teoria à prática*. Porto Alegre: Alternativa Editora, 1999.

LANDIM, Claudia Maria das Mercês. *Educação a Distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1997.

LITWIN, Edith. *Educação a Distância: Temas para o Debate de Uma Nova Agenda Educativa*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MIRANDA, Maria Irene. *O Proformação e a formação continuada como processo de resignificação da prática pedagógica*. In: Ensino em Re-vista, v. 11, nº 1. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 119-135.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. *Veredas – Projeto Pedagógico*. Belo Horizonte: SEE, 2002.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. *Veredas – Guia Geral*. Belo Horizonte: SEE, 2002.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. *Projeto de Melhoria da Qualidade do Ensino de Primeiro Grau (PROQUALIDADE) – Subprojeto C: Capacitação de Professores – Plano de Implementação*. Belo Horizonte: SEE. 1996.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. *O desafio contemporâneo da educação a distância*. Em *Aberto*, Brasília, Ano 16, n. 70, abr./jun.1996. p. 34-41.

NISKIER, Arnaldo. *Educação a Distância: A tecnologia da esperança*. São Paulo: Loyola, 1999.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. *Educação a Distância na transição paradigmática*. Campinas: Papirus, 2004.

PRETI, Oreste (Org.). *Educação a Distância: construindo significados*. Cuiabá: NEAD-UFMT/Brasília: Plano, 2000.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

TEDESCO, Juan Carlos. *Educação e novas tecnologias: Esperança ou incertezas?* São Paulo: Cortez, 2004.